|  |
| --- |
| **DOCUMENTO DO BANCO INTERAMENRICANO DE DESENVOLVIMENTO** |
| **São Paulo** |
| Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo (PROFISCO II SP)  BR-L1516 |
|  |
| **Avaliação Financeira Ex-ante** |
|  |

|  |
| --- |
| O presente documento foi preparado por Ricardo Gazel, com base nas informações fornecidas pela SEFAZ/SP. |

Sumário

[I. Sumário Executivo 3](#_Toc516132553)

[II. O Estado de São Paulo 8](#_Toc516132554)

[III. A Situação Econômica 9](#_Toc516132555)

[IV. A Situação Fiscal 11](#_Toc516132556)

[V. O Programa PROFISCO II 14](#_Toc516132557)

[VI. A análise econômica ex-ante 17](#_Toc516132558)

[A. Custos 19](#_Toc516132559)

[B. Benefícios 21](#_Toc516132560)

[B.1 Aumento de Arrecadação 21](#_Toc516132561)

[B.2. Redução de custos para o Estado 23](#_Toc516132563)

[B.3. Redução de custos para o Contribuinte 26](#_Toc516132564)

[B.4. Alinhamento com a Matriz de Resultados 29](#_Toc516132565)

[VII. Resultado da Análise Custo-Benefício 31](#_Toc516132566)

[VIII. Análise de Sensibilidade 33](#_Toc516132567)

[IX. Conclusões 34](#_Toc516132568)

# Sumário Executivo

* 1. O Estado de São Paulo está desenvolvendo, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo (PROFISCO II SP) BR-L1516. O objetivo do programa é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária, administração tributária e gestão do gasto público. Ao potencializar o desempenho da fazenda pública, aumentar a arrecadação tributária e incrementar a eficiência do gasto público, o Estado de São Paulo poderá melhorar a prestação de serviços de qualidade para seus cidadãos. O investimento total do programa será de US 96,8 milhões, sendo US$ 87,12 milhões de financiamento BID e US$ 9,68 milhões de contrapartida.
  2. Esta análise Custo-Benefício (C-B) considera os custos e benefícios financeiros do programa em um universo temporal de dez anos a partir do início da execução do programa, independendo do começo específico da execução em ano calendário. Assim, a análise vai do ano 1 ao ano 10, que corresponderia aproximadamente aos anos 2019 e 2028, respectivamente.
  3. Foram incluídos os custos de financiamento do programa e de contrapartida pelo Estado de São Paulo; custos financeiros de taxa de crédito para valores não desembolsados, juros para valores desembolsados e custos de manutenção de obras e bens adquiridos, assim como de sistemas depois de implantados e durante todo o período da avaliação.
  4. Os benefícios foram distribuídos em três áreas específicas: (i) **Aumento de arrecadação tributária através da adoção de novo modelo de arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); (ii) Redução de custos para o Estado de São Paulo com a adoção de um novo sistema de preparação da folha de pagamentos, adoção do novo SIAFEM e ampliação dos valores negociados pela Bolsa de Compras Eletrônica (BEC); e (iii) Redução de custos para o contribuinte através da eliminação de uma obrigação acessória, a GIA, e redução dos atendimentos presenciais substituídos por autoatendimentos e outros canais não presenciais.**
  5. O PROFISCO II SP inclui três grandes áreas de atuação divididas em um total de 19 produtos. Quase todos os produtos gerarão aumento de receita, economia para o contribuinte ou redução de gastos para o governo. Para a análise C-B foram selecionados 6 produtos (1 do componente I, 3 do componente II e 2 do componente III), que caracterizam bem os ganhos potenciais e que contam com disponibilidade de dados para identificar e quantificar adequadamente os benefícios.
  6. A maior parte dos benefícios medidos resultam de economias de gastos para o estado (45,8%), aumento da arrecadação soma 27,2%, enquanto 26,9% representam economias para o contribuinte.
  7. **Na área de aumento da arrecadação** foi analisado um exemplo que conta com dados disponíveis e adequados para a medição de aumentos de arrecadação frente experiências similares em outro estado.
  8. **Exemplo 1**: **Sistema de Arrecadação ITCMD Implantado**. O estado de São Paulo está no processo de alteração de alguns dispositivos da Lei 10.705/00 e pretende resolver problemas relativos a vários pontos relativos ao ITCMD. Entre ele, tributar os planos de previdência tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), aproximando a legislação do estado à legislação do que já é praticado em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Paraná.
  9. Usando informações da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), referentes ao ano de 2014, projetou-se os valores nominais futuros. No Brasil, o total apurado destes planos é de R$ 39 bilhões anualmente, sendo 7,2% correspondentes a cauda mortis, perfazendo R$ 2,8 bilhões. O percentual de contribuições (prêmios correspondentes a São Paulo é de 44%, resultando em uma base de cálculo para o imposto de R$ 1,23 bilhões. A taxa impositiva é de 4%, resultando em uma arrecadação da ordem de R$ 49, 4 milhões anuais. Estima-se uma arrecadação incremental de 25% ao ano, iniciando no segundo ano, até chegar a 100% do potencial no ano cinco de implantação do programa.
  10. **Economia de gastos para o governo de São Paulo** através de uma série de medidas que impactarão os atuais custos públicos. **Exemplo 1: Redução do custo de preparação da Folha de Pagamentos.** O atual sistema de folha de pagamentos demanda muitos servidores para sua preparação e execução. Os departamentos de Recursos Humanos dos órgãos setoriais e da SEFAZ fazem todo o trabalho necessário de recepção, tratamento e encaminhamento de documentos e expedientes recebidos em papel/meio físico.
  11. Em 2017, 445 pessoas trabalhavam em tempo integral na preparação e execução da folha de pagamentos. Cada pessoa em tempo integral custou ao governo, em média, R$5,6 mil mensal, incluindo encargos. Por ano, estes gastos totalizam R$ 32,6 milhões, incluindo décimo-terceiro salário.
  12. Com a implementação do novo sistema RH Folh@, financiado pelo PROFISCO II, a SEFAZ-SP estima uma redução substancial de horas trabalhadas na folha de pagamento, requerendo apenas 295 servidores em tempo integral com o novo sistema. Esta redução é equivalente a uma economia de R$11 milhões anualmente. A economia de gasto com pessoal está também dividida no tempo: 30% da redução começando no segundo ano de execução do programa, 60% no terceiro e 100% do quarto ano em diante. Importante notar que os servidores não serão despedidos, mas assignados para outras tarefas, não havendo, portanto, custos associados com demissão de funcionários. Assim, mede-se o custo oportunidade do tempo que será economizado com o novo sistema.
  13. Adicionalmente, está prevista a desativação de 67 dos 99 sistemas que atualmente lidam com dados para formação da folha de pagamento entre as diversas entidades da Administração Direta e Indireta, possibilitando também a economia na manutenção da multiplicidade de sistemas utilizados atualmente, como o SDPE (SEFAZ), com economia estimada de 60% do contrato de manutenção, resultando em cerca de R$ 13 milhões de economia anuais (em relação aos cerca de R$ 21,5 mi/ano gastos atualmente) e o SICAD (SPG), que será integralmente desativado, com economia anual de cerca de R$ 580 mil, valor atualmente gasto para manutenção/ano para o sistema. Para esta análise C-B foi incluída apenas a economia de R$ 580 mil anuais resultante da desativação integral do SICAD (SPG).
  14. Em resumo, foram incluídas as economias anuais com pessoal de R$11 milhões e de R$ 580 mil com a desativação de um dos sistemas, totalizando R$11,6 milhões anualmente. Estas economias estão divididas no tempo, 25% anualmente começando no segundo ano de execução do programa até chegar a 100% do quinto ano em diante.
  15. **Exemplo 2: Redução de Gastos com o novo Sistema de Administração Financeira – SIAFEM.** A tecnologia e linguagem do SIAFEM atual estão em franco processo de obsolescência, sendo necessária a modernização das ferramentas utilizadas pelo sistema. Adicionalmente, o SIAFEM atual tem um alto custo de manutenção e elevado risco para as operações financeiras do Estado além de dependência de outros órgãos de governo para desenvolvimento de novas funcionalidades.
  16. O custo de manutenção do atual SIAFEM, considerando aspectos de APP (Desenvolvimento) e ITO (Hardware), é de cerca de R$ 18 milhões anualmente. Os custos atuais do sistema e os custos estimados depois da implantação do novo SIAFEM, mostram uma economia de R$ 16,232 milhões que se dará cumulativamente, começando com 10% no segundo ano de implantação do programa, passando 70% no terceiro, 90% no quarto e 100% no quinto ano.
  17. **Exemplo 3: Redução de Gastos com o Novo Sistema de Compras.** A Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo é responsável pelo gerenciamento das negociações, Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (Caufesp), Cadastro de Materiais e Serviços (Cadmat) e Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (CadTerc).
  18. Em 2017, o estado de São Paulo adquiriu R$33,2 bilhões em bens e serviços. Deste total a BEC movimentou pouco mais de R$ 11 bilhões em negociações, um terço do valor total, por meio de mais de 56 mil processos de compra.
  19. Com financiamento do PROFISCO II, a SEFAZ planeja ampliar em 10% a participação da BEC/SP no valor total gasto na aquisição de bens e serviços, um aumento de R$1,1 milhões anualmente. Uma amostragem feita com licitações de materiais de escritório que estão publicadas no site www.pregao.sp.gov.br mostra que os modelos eletrônicos oferecem 15% a mais de economia média em relação aos modelos presenciais. A análise C-B adota uma hipótese extremamente conservadora de uma economia de apenas um terço do estimado pela amostra com matérias de escritório. Aplicando 5% de economia sobre o aumento de R$ 1,1 bilhões negociados através da BEC, estima-se uma economia anual de $55 milhões, iniciando com 25% deste valor no segundo ano do programa e crescendo 25% ao ano até alcançar 100% do valor estimado no quinto ano de execução.
  20. **As ações do PROFISCO II resultarão em redução de custos para o contribuinte.** Nesta análise C-B, dois exemplos foram contabilizados. **Exemplo 1: Redução de Gastos para o contribuinte com a melhoria dos serviços de atendimento ao contribuinte**. A SEFAZ-SP iniciou em 2011 a implementação do Programa de Melhoria no Atendimento ao Público que resultou em vários trabalhos que modificaram toda a estrutura de atendimento da SEFAZ.
  21. O atendimento não presencial é efetuado via Fale Conosco, desenvolvido dentro da própria SEFAZ. Como as demandas de atendimento cresceram rapidamente, sem a disponibilidade de uma solução melhor, optou-se por incrementar o que deveria ter sido, há muito tempo, substituído por uma ferramenta com mais recursos. A SEFAZ também presta o serviço de 0800 (telefonia) por meio de uma empresa contratada que usa o seu próprio software para a gestão deste canal e que não está integrado às outras ferramentas da SEFAZ, impossibilitando a formação de um histórico único dos usuários.
  22. Apesar de quase todos os serviços serem oferecidos pelos diferentes canais de atendimento, registra-se ainda 126.000 atendimentos presenciais mensais, devido ao baixo qualidade e reduzido nível de resolutividade dos canais não-presenciais. O tempo médio de atendimento presencial é de 12 minutos chegando ao máximo de 4,5 horas. Se levar em conta um tempo de deslocamento de uma hora, o que em São Paulo seria um tempo mínimo, o contribuinte estaria gastando mais de1,5 milhões de horas anualmente só em deslocamento. Considerando o custo de R$ 18,70 por hora de um contador júnior, o custo social do tempo de deslocamento mais tempo de atendimento chega a R$ 34 milhões por ano. Este valor é muito maior se consideramos mais de uma hora de descolamento e o custo financeiro do deslocamento seja de carro, metrô, ônibus ou taxi.
  23. O PROFISCO II financiará diversas atividades de melhoria da qualidade e resolutividade do atendimento não-presencial com o objetivo de transferir parte do atendimento presencial para estes outros meios. A SEFAZ-SP estima uma redução de 20% nos atendimentos presenciais com a implementação destas ações.
  24. Uma estimativa extremamente conservadora aponta um custo anual de mais de R$ 33 milhões para a sociedade quando computado apenas o tempo de deslocamento e atendimento para o contribuinte. Uma redução de 20% no atendimento presencial representa uma economia de R$ 6,8 milhões anualmente. Esta economia seria gradual, com 25% no segundo ano de execução do programa, 50% no segundo, 75% no terceiro e 100% do quinto ano em diante.
  25. **Exemplo 2: Eliminação de uma obrigação acessória**. A edição de 2017 do *Doing Business* registra que uma empresa, em média, gasta 2.038 horas anualmente para cumprir suas obrigações tributárias. Para o ICMS, este tempo é de 1.189 horas anualmente.[[1]](#footnote-2) A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)[[2]](#footnote-3), parte do PROFISCO I, representou um avanço na direção de melhorar as condições para o contribuinte cumprir suas obrigações tributárias, mas não eliminou todas as obrigações acessórias existentes anteriormente.
  26. Em São Paulo, o contribuinte ainda tem que apresentar a GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS). O contribuinte usa as mesmas bases de informações para preencher o SPED e a GIA, mas o preenchimento e transmissão requerem tempo adicional. Uma pesquisa com contadores do estado constatou que esta declaração acessória demanda mensalmente por volta de uma 45 minutos para preparação e envio.
  27. Atualmente o estado tem 250 mil firmas ativas apresentando a GIA mensalmente, gastando 45 minutos para cumprir com esta obrigação tributária. No ano, são quase 2,25 milhões de horas. O custo mínimo com um profissional em contabilidade que, em geral, são os que se ocupam destas declarações acessórias fica em R$ 18,70. Assim, o custo anual para os contribuintes entregarem esta declaração fica em torno de R$ 42,1 milhões.
  28. O PROFISCO II financiará ações que eliminarão a necessidade do preenchimento desta declaração acessória. A SEFAZ-SP estima a eliminação da GIA para 25% das firmas no segundo ano de execução do programa, 50% no terceiro, 75% no quarto e 100% do quinto ano em diante.
  29. O Cenário 1 (básico) da análise C-B, usando os resultados descritos acima, estima uma taxa interna de retorno **(TIR) de 64,15%** e um valor presente líquido **(VPL) de mais de US$ 94,9 milhões**. O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no quarto ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no quinto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo. Três variações do cenário básico foram estimadas: a primeira excluindo a arrecadação adicional de impostos, a segunda levando em consideração uma execução do programa mais lenta que a esperada e, portanto, resultando em adiamento por um ano dos benefícios estimados e, a terceira, assumindo que os benefícios só começam a acontecer no ano 5, último ano de execução do programa.
  30. A Análise de Sensibilidade para o cenário básico inclui três diferentes cenários: uma desvalorização de 30% do Real, uma redução de 30% para todos os benefícios e um cenário que mistura desvalorização e redução de benefícios. A Tabela 1 abaixo sumariza os diversos cenários estimados.
  31. É importante notar que a análise de sensibilidade apenas focou em casos de deterioração do cenário básico. As hipóteses do cenário básico são substancialmente conservadoras. A probabilidade de um retorno maior do que o cenário básico é alta.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 1: Sumário da Análise de Sensibilidade da Análise Custo-Benefício** | | |
|  | TIR | VPL |
| Básico | 64,15% | 94.899.123 |
| Básico – excluindo aumento na arrecadação | 34,03% | 40.358.029 |
| Básico – benefícios adiados em um ano | 33,22% | 57.656.547 |
| Básico - benefícios iniciando apenas no ano 5 | 23,95% | 38.258.720 |
| Desvalorização | 41,78% | 55.317.873 |
| Redução benefícios | 31,12% | 34.842.268 |
| Duplo | 17,06% | 14.128.167 |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | |

# O Estado de São Paulo

* 1. O Censo de 2010 mostrou São Paulo como o estado mais populoso do país com 41,2 milhões de habitantes, representando 21,6% da população brasileira.[[3]](#footnote-4) O estado teve a décima-oitava menor taxa de crescimento populacional do país entre 2000 e 2010 (11,6%), ligeiramente abaixo da média brasileira de 12,5% para o período. Veja Gráfico 1 abaixo.
  2. Com uma extensão territorial de 248,2 mil km2, São Paulo é o décimo-segundo maior Estado em dimensão, representando 2,9% do território nacional, com uma densidade demográfica de 166,2 habitantes por km2 em 2010, mais de sete vezes a densidade demográfica brasileira de 22,4 habitantes por km2. Seguindo a tendência brasileira, São Paulo registrou altos níveis de urbanização nos últimos 50 anos passando a população urbana de 62,8% do total em 1960 para 95,9% em 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017\_1) [[4]](#footnote-5)

* 1. Os indicadores sociais do Estado em 2010 estavam bem acima da média brasileira—por exemplo, aproximadamente 1,1% da população estava abaixo da linha de extrema pobreza (a média brasileira é de 6,3%)[[5]](#footnote-6). Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-2013), o Índice de Desenvolvimento Humano em 2010 era de 0,783 em São Paulo, abaixo apenas do Distrito Federal e bem acima do índice de 0,727 para o Brasil.[[6]](#footnote-7) A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais no Estado em 2016 era estimada pela PNAD em 2,8%, bem abaixo da média brasileira que era de 7,2%.

# A Situação Econômica

* 1. São Paulo, segundo dados do IBGE para 2015[[7]](#footnote-8), era a maior economia do país, contribuindo com 31,5% do PIB nacional. O Gráfico 2 mostra claramente que a economia de São Paulo, embora dominante no país, cresceu proporcionalmente menos que a brasileira, fazendo com que a participação relativa do Estado no PIB nacional caísse de 33,9% em 2002 para 31,5% em 2015.

Fonte: IBGE – Contas Regionais - 2018

* 1. A Tabela 2 mostra que, em 2015, o setor de serviços representava a maior parte da economia do Estado, 76,4% do PIB, acima da média brasileira de 72,5%, seguido da indústria (21,9%), muito próxima da média brasileira de 22,5% e com a agropecuária contando com 1,6%, substancialmente abaixo da média nacional de 5%. Duas grandes diferenças são: a participação da administração pública que, em São Paulo, representa 10,1% do PIB do Estado, bem abaixo da média nacional de 17,2% e as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados que têm uma participação na economia do Estado bem maior que a média brasileira, 12,5% e 7,1%, respectivamente.



* 1. São Paulo, como responsável por um terço da economia do país, não ficou imune à grave crise econômica brasileira dos últimos anos. Há bastante evidência de uma retração da economia estadual. O Gráfico 3, com dados da PNAD contínua do IBGE, mostra uma forte redução do número de pessoas ocupadas, que passou de 21,6 milhões no quarto trimestre de 2014 para 21,2 milhões no terceiro trimestre de 2016. Como consequência, a taxa de desemprego subiu substancialmente. A taxa, que chegou a alcançar 6,5% no quarto trimestre de 2013, subiu para 14,2% no primeiro trimestre de 2017.
  2. Assim como no país como um todo, a economia de São Paulo começou a registrar alguns sinais de recuperação em 2017.

Fonte: IBGE – PNAD Continua 2017

# A Situação Fiscal

* 1. O Estado de São Paulo, embora em melhor condição que muitos dos estados brasileiros, experimentou nos últimos anos uma deterioração da sua situação fiscal, como atesta a evolução dos resultados orçamentários e primários nos últimos anos, apresentados no gráfico abaixo. O Gráfico 4 mostra que o resultado primário, como percentual do PIB estadual, veio caindo antes mesmo da crise de 2008, chegando a um superávit de 0,38% em 2009, com recuperação até 2012, queda em 2013 e estabilização a um nível baixo em 2015 e 2015.
  2. Estes resultados derivam do menor crescimento das receitas do que o crescimento das despesas, especialmente em momentos de redução da atividade econômica que impacta imediatamente as receitas enquanto as despesas são substancialmente rígidas, como se deu nos últimos três anos.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional para os dados Fiscais e IBGE para o PIB. 2017

* 1. É importante notar que o governo de São Paulo continua relativamente pouco dependente de receitas de transferências sobre as quais ele não tem governança, e esta dependência tenha reduzido um pouco no tempo. Entre 2000 e 2016, as transferências correntes representaram, em média, 10,1% da receita corrente, variando entre um máximo de 11,2% em 2005 e um mínimo de 8,9% em 2013. O crescimento da receita tributária (própria) depende em grande parte do crescimento da arrecadação do ICMS, mesmo que a contribuição do ICMS para o total da Receita Tributária tenha caído nos últimos tempos. O Gráfico 5 mostra que, mesmo assim, o ICMS ainda representa 84,7% da Receita Tributária de São Paulo, e mais de 65% da Receita Total.
  2. Desta forma, o aumento da Receita Própria é fundamental para a gestão do estado, especialmente com a crescente demanda por serviços públicos em um estado com população elevada que requer maior investimento público.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional para os dados Fiscais. 2017

* 1. Despesas de investimento tem sido a variável de ajuste nos três níveis de governo nos últimos anos. Em São Paulo, as despesas de investimento que chegaram a 8,1% do total das despesas em 2010, caíram substancialmente nos últimos anos, chegando a 4,4% da despesa total em 2016. Ver Gráfico 6. Adicionalmente, o pouco espaço fiscal dos últimos anos implicou em que grande parte do investimento fosse financiado através de operações de crédito.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional 2017

* 1. Para o governo de São Paulo é fundamental aumentar o investimento. Para tanto é necessário expandir suas receitas próprias assim como melhorar a qualidade do gasto. O PROFISCO II, como discutido abaixo, ataca estas duas frentes.

# O Programa PROFISCO II

* 1. O Programa está divido em três componentes, a saber: **Componente I. Gestão das Finanças e transparência fiscal. (US $49,2 Milhões).** Este componente está orientado para melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade potencializando o desempenho institucional da SEFIN, e vai financiar a implantação de:
     1. **Modelo de auditoria e controle proativo** mediante: (i) Diagnóstico de processos desenvolvido; (ii) Redesenho dos processos de monitoramento e controle; (iii) Sistemática de análises de dados para monitoramento; e (iv) Estabelecimento de Trilhas eletrônicas de auditoria.
     2. **Modelo de gestão estratégia de pessoas**, através de quatro subprodutos: (i) implantação de modelo de desenvolvimento de pessoas; (ii) implantação de Modelo de desenvolvimento de qualidade de vida; (iii) ampliação do Programa de Educação à distância; e (iv) Readequação física de uma Unidade Fazendária.
     3. **Módulos do Programa de Educação Fiscal para a cidadania**, mediante: (i) Proposta conceitual das mídias digitais; (ii) Meios digitais desenvolvidos; (iii) Peça teatral montada e 5 apresentações realizadas e (iv) Pesquisa de percepção realizada.
     4. **Módulos da Bolsa Eletrônica de Compras**, através de: (i) Mapeamento de pontos de contato; (ii) implementação do modelo de gestão do registro de fornecedores; (iii) Ampliação do módulo de licitação oferecido pela BEC-SP; (iv) ampliação do Módulo de gestão dos fornecedores do estado e (v) Ampliação do Módulo de gestão do ciclo de suprimentos implantados na administração do estado.
     5. **Plataforma de TIC da SEFAZ**, incluindo dois subprodutos: (i) Modelo de Arquitetura Corporativa, com: (a) Capacitação de 100 técnicos em arquitetura corporativa; y (b) implantação de ferramenta de Gestão de Arquitetura; y (ii) plataformas de TIC, com a: (a) Aquisição de licenças de software; (b) Aquisição de ferramentas de segurança da informação e gestão de infraestruturas de redes; (c) ampliação da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados; (d) Ampliação de infraestrutura de redes e segurança da informação.
     6. **Modelo de gestão da Inovação**, mediante: (i) estabelecimento de Benchmarks com diversos organismos públicos y privados, nacionais e internacionais (ii) Desenvolvimento do conceito de Modelo de Gestão da Inovação; (iii) Desenvolvimento de modelo de gestão da inovação; (iv) Implantação de modelo de Gestão da inovação; y (v) implantação da Solução inovadora.
  2. **Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal. (US$22,5 milhões).** **Componente** orientado a incrementar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes e financiará:
     1. **Implantação de Metodologia de simplificação de obrigações acessórias**, mediante a: (i) Elaboração do diagnóstico e desenho conceitual do sistema; (ii) Elaboração do plano de simplificação das obrigações tributarias acessórias; (iii) Elaboração do informe de especificações e avanços do desenvolvimento do sistema; e (iv) implantação do módulo integrador de bases de dados das obrigações tributarias.
     2. **Implantação de sistemas de gestão de documentos fiscais eletrônicos** (produtos obrigatórios), por meio de: (i) elaboração de diagnóstico e desenho conceitual do sistema; (ii) elaboração do Plano de Simplificação das obrigações fiscais acessórias; (iii) elaboração do informe de especificações e avanços do desenvolvimento do sistema; e (iv) Implantação do módulo integrador de banco de dados de obrigações fiscais.
     3. **Ampliação de Sistema autenticador e transmissor (SAT) de documentos fiscais electrónicos.** Incluindo: (i) Estabelecimento das especificações técnicas de requisitos do SAT; (ii) Rota de Análises desenvolvida; (iii) Implementação de painel de disponibilidade de sistema para o contribuinte; y (iv) implantação de Mecanismos de provas; e (v) implantação do sistema de guarda definitiva de CF-e.
     4. **Implantação de Sistema integrador al Operador Nacional dos Estados (ONE)**, por meio de: (i) Implantação de webservice para receber a informação do ONE; y (ii) implantação de Webservice para integração com operadores que recolhem informação de leituras de placas y tags de veículos.
     5. **Ampliação do** **Modelo de Inteligência Fiscal da SEFAZ**, através de dois subprodutos: (i) Implantação de modelo de análises estruturado de dados; mediante a: (a) Implantação de módulo de qualidade de dados; (b) Implementação de solução corporativa de proteção e auditoria de base de dados; (c) implantação de nova plataforma de Business Intelligence (BI); e (d) Melhoria dos processos de gestão do entorno analítico; y (ii) Reestruturação da Inteligência Fiscal; através de: (a) Elaboração de plano de ação da AIF; (b) Implantação das equipes y armário digital; (c) Capacitação em Análises Forense; (d) Capacitação de Investigadores Forenses; y (e) implantação da ferramenta de Experiencia Forense.
     6. **Implantação de sistema de arrecadação de ITCMD**, por meio de: (i) Realização de pesquisa de valor de mercado dos imóveis urbanos; (ii) Desenvolvimento da metodologia estatística; (iii) Implantação de sistema de declaração do ITCMD.
     7. **Implantação Sistema de Tratamento e Cruzamento de Informações Fiscais sobre a Venda de Combustível**, mediante: (i) Implantação de módulo de estruturação da autoridade certificadora para o ambiente de homologação; (ii) implantação de módulo de estruturação da autoridade certificadora para o ambiente de produção; (iii) implantação de módulo de estruturação da retaguarda para recepção dos RP-e para o ambiente de produção; (iv) implantação de módulo de construção y validação dos cruzamentos e geração de alertas.
     8. **Implantação de modelo de cobrança (ICMS, IPVA, ITCMD)**, mediante: (i) Implantação de regras de cobrança por perfil de contribuinte; (ii) implantação de Call Center de cobrança; e (iii) implantação de Sistema de gestão de cobrança.
     9. **Implantação de Sistema de Contact Center único da SEFAZ para Atendimento Electrónico ao Cidadão**, mediante: (i) Implantação de módulo de Autoatendimento web; (ii) implantação de módulo de Integração al Autoatendimento Telefónico; (iii) implantação de módulo de integração de todo atendimento nao presencial; (iv) implantação de módulo de integração de todo atendimento ao usuário externo; e (v) Implantação de módulo integrado de atendimento electrónico.
     10. **Implantação de Sistema de consultas sobre Interpretação da legislação tributária**, mediante: (i) Desenvolvimento dos Requisitos; (ii) implantação de módulo de busca; (iii) implantação de módulo de consulta aos sistemas legados; (iv) implantação de módulo de integração com ol Diário Electrónico; e (v) Implantação de módulo de consulta externa.
     11. **Ampliação do Sistema de contencioso tributário**, mediante: (i) Implantação de módulo de integração do e-PAT com o sistema de Conta Fiscal do AIIM; (ii) implantação de módulo de Base de dados com informação do e-PAT para uso gerencial; (iii) implantação de módulo de integração do e-PAT com sistemas da PGE para inscrição em dívida ativa e informações de parcelamento; e (iv) implantação de módulos de e-PAT adequados y ampliados às normas e procedimentos.
  3. **Componente III. Administração financeira e gasto público. (US$22,35 milhões).** Está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e execução financeira, e financiará: 
     1. **Implantação de sistema de Administração Financeira.** Incluindo: (i) Implantação de módulo de gestão de contratos; (ii) Implantação de módulo financeiro; (iii) Implantação de módulo de orçamento e consolidação financeira; y (iv) implantação Módulo de informe.
     2. **Implantação de Modelo de Projeções e Riscos Fiscais de médio/longo prazo** implantado, a través de dos subprodutos: (i) Implantação de modelo de projeções e riscos fiscais mediante a: (a) Análises dos cenários de sustentabilidade da dívida, previsão e de empresas públicas; (b) Desenvolvimento de modelo de análises e quantificação de riscos provisionais; e (c) Identificação y quantificação dos riscos das empresas públicas e da dívida;  y (ii) Implantação de modelo de riscos fiscais na gestão de parcerias público-privado; através de: (a) Identificação de riscos fiscais em dois modelos de contratos de PPP; e (b) Implantação de modelo base com identificação y medição de riscos (PPP).
     3. **Implantação de Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos, incluindo o processamento das folhas de pagamento e outras funcionalidades**, através de: (i) implantação de módulo de integração de folhas de pagamento; (ii) Implantação de módulo de desmaterialização dos processos de recursos humanos; (iii) Implantação de módulo de auditoria de processos de RH-folhas de pagamento, e (v) Implantação de sistema único de gestão da folha de pagamentos.
     4. **Implantação de Sistema de custos dos serviços públicos**, mediante: (i) Capacitação dos multiplicadores da Secretaria de Estado da Educação - SEE; (ii) Implantação de sistema SAM; (iii) implantação de sistema SCSP; y (iv) implantação de sistema de custos.

# A análise econômica ex-ante

* 1. A análise econômica ex-ante se circunscreve a uma análise Custo‑Benefício (C-B) visto que não se pretende medir os impactos do programa nas variáveis macroeconômicas do Estado como, por exemplo, o mercado de trabalho, mesmo porque estes impactos seriam marginais. Por exemplo, em uma análise econômica mais ampla um aumento de arrecadação de impostos poderia ser considerado neutro, visto que o aumento de arrecadação transferiria recursos do contribuinte para o governo. No entanto, neste caso específico, o aumento da arrecadação não resulta de um aumento de impostos, mas de uma redução da evasão fiscal que reduz as distorções na economia, já que as empresas que sonegam impostos têm uma vantagem comparativa ilegal que distorce a competitividade econômica. Assim, o aumento da arrecadação, resultante da redução da evasão fiscal, reduz as distorções econômicas no Estado e, ao mesmo tempo, amplia os fundos estatais para a prestação de serviços aos cidadãos. Em outras palavras, o aumento da arrecadação, neste caso, constitui um claro benefício para o Estado de São Paulo.
  2. Bobbio, E (2016) discute o impacto da evasão fiscal nas taxas de crescimento de longo prazo. “A vantagem de custo obtida por empresas com um escopo mais elevado para a evasão fiscal resulta em concorrência desleal, reduzindo os incentivos para inovar para todos as empresas. Ambos os canais deprimem a atividade inovadora das empresas na economia. Como resultado, há menos seleção em equilíbrio e a economia é povoada por uma maior fração de pequenas, menos produtivas e menos inovadoras empresas do que seria na ausência de evasão fiscal, reduzindo ainda mais a taxa de crescimento agregado ao longo da extensa margem. Além disso, uma fração maior de pequenas empresas com um maior alcance para a evasão fiscal aumenta o grau de concorrência desleal, potencialmente desencadeando um ciclo vicioso em que o processo de crescimento freia e levam as empresas a parar de inovar. Os exercícios contrafactuais com base numa versão calibrada do modelo sugerem que a ações fiscais para redução da evasão teria aumentado a taxa de crescimento a longo prazo de 0,9 para 1.1% na Itália, com referência ao período compreendido entre 1995 e 2006.” (Tradução do autor).[[8]](#footnote-9)
  3. Os custos de investimento e manutenção são medidos pelos preços de mercado.[[9]](#footnote-10) Esta opção está baseada no entendimento que, neste projeto, os preços de mercado refletem os custos sociais de oportunidade para os recursos. Desta maneira, se optou por elaborar uma análise C-B, estimando os custos e benefícios financeiros *ex-ante*. Adicionalmente, a maior probabilidade é que a aplicação de preços sombra reduziria os custos totais do investimento e manutenção. Aplicando os preços de mercado torna-se a avaliação mais conservadora, com taxas de retorno menores comparadas às que seriam alcançadas se preços sombras fossem aplicados.
  4. Esta análise considera os custos e benefícios financeiros para o governo do Estado de São Paulo. Além do aumento de arrecadação advindo do novo modelo de arrecadação do ITCMD, também se considera substanciais economias para o governo com a adoção de um novo sistema de gestão da folha de pagamentos, compras, e um novo sistema de execução financeira do Estado. Um terceiro grupo de benefícios inclui redução de custos para o contribuinte através da eliminação de uma obrigação acessória e disponibilidade de serviços online.
  5. O universo temporal é de dez anos a partir do início da execução do programa, independendo do começo especifico da execução em ano calendário. Assim, a análise vai do ano 1 ao ano 10, que corresponderia aproximadamente aos anos 2019 e 2028, respectivamente.
  6. Os custos incluídos são:
     1. Custo de financiamento do programa de US$ 87,12 milhões desembolsado em cinco anos;
     2. Custo de contrapartida pelo Estado de São Paulo em um total de US$ 9,68 milhões desembolsado em cinco anos;
     3. Custos financeiros associados ao financiamento do programa: taxa de crédito para valores não desembolsados e juros para valores desembolsados; e
     4. Custo de manutenção de sistemas depois de implantados e durante todo o período da avaliação.
  7. Os benefícios estão distribuídos em três áreas específicas:
     1. Aumento de arrecadação tributária através de um novo modelo para o ITCMD;
     2. Redução de custos (tempo) para o contribuinte para cumprir suas obrigações tributárias e disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais;
     3. Redução de custos para o governo de São Paulo na área de compras, preparação da folha de pagamentos e novo sistema de execução financeira.
  8. Os custos, exceto os custos de manutenção foram calculados em dólares. Os custos de manutenção e os benefícios foram calculados em Reais e transformados em dólares usando uma taxa de câmbio de R$3,3 = US$1 (Fonte: Pesquisa Focus do Banco Central com agentes do mercado financeiro – 16 de marco de 2018 - taxa de câmbio média para 2018).

## Custos

* 1. Os custos associados ao programa foram calculados da seguinte forma:
     1. Os custos de financiamento estão alocados segundo as previsões de desembolso do Plano de Execução Plurianual (PEP) do programa.
     2. Os custos de contrapartida também estão alocados segundo as previsões de desembolso do PEP.
     3. Os custos financeiros estão divididos entre juros e taxa de crédito. A taxa de juros aplicada é a estabelecida pelo BID para o primeiro trimestre de 2018 para empréstimos com o Capital Ordinário de 2,65% (taxa libor/3 meses (1,72%) + margem de captação (0,13%) + spread do BID (0,80%)). A taxa de crédito usada é a estabelecida pelo BID para o primeiro semestre de 2018 de 0,5% sobre o total não desembolsado. Assume-se um financiamento de 25 anos com um período de graça de 5 anos. Assim os juros são calculados sobre os valores desembolsados e, a partir do sexto ano, é calculado sobre o valor total desembolsado menos a amortização (5% do valor do financiamento anual). Por exemplo, no sexto ano aplica-se a taxa de juros sobre US$ 87,120 milhões menos US$4,356 milhões de amortização. No sétimo ano o valor passa para US$87,120 milhões menos US$ 8,712 milhões e assim por diante.
     4. Os custos de manutenção foram calculados da seguinte forma:
        1. Custos de manutenção incidem sobre os investimentos em bens e obras (49,2% do programa = R$ 153,8 milhões) e sobre contratos de consultoria para desenvolvimento de sistemas (36,6% do programa = R$ 114,3 milhões).
        2. A alocação anual dos investimentos nestas categorias de custo é feita seguindo os percentuais de desembolso para o programa como um todo.
        3. As aquisições de bens referem-se a veículos, balanças para postos fiscais, mobiliário e, equipamentos de TI. Em geral, estima-se em 10 anos a depreciação da maior parte de bens. No entanto, equipamentos de TI tornam-se obsoletos em menor tempo. Adotou-se 8 anos, como média, para depreciação dos valores alocados para aquisição de bens.
        4. Para os serviços de consultoria para desenvolvimento de sistemas, adotou-se uma taxa de manutenção de 10% ao ano, o que equivale em dez anos o valor gasto no desenvolvimento dos mesmos. Em outras palavras, seria como substituir os sistemas em um prazo de dez anos.
        5. Os gastos de manutenção iniciam no ano seguinte aos investimentos. A Tabela 3 abaixo mostra a distribuição dos valores de manutenção em R$ 1.000.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 3: Cálculo dos Custos de Manutenção São Paulo (em R$ 1.000)** | | | | | | | | | | | | |
|  | Total | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 |
| *Gastos em bens e obras* | 153.820 | 16.120 | 25.257 | 37.194 | 46.669 | 28.580 | - | - | - | - | - |
| *Gastos em consultoria* | 114.323 | 11.981 | 18.772 | 27.643 | 34.685 | 21.241 | - | - | - | - | - |
| ***Gastos manutenção*** | | | | | | | | | | | | |
| *Bens e obras adquiridos no ano 1* | 16.120 | - | 2.015 | 2.015 | 2.015 | 2.015 | 2.015 | 2.015 | 2.015 | 2.015 | - |
| *Bens e obras adquiridos no ano 2* | 25.257 | - | - | 3.157 | 3.157 | 3.157 | 3.157 | 3.157 | 3.157 | 3.157 | 3.157 |
| *Bens e obras adquiridos no ano 3* | 32.544 | - | - | - | 4.649 | 4.649 | 4.649 | 4.649 | 4.649 | 4.649 | 4.649 |
| *Bens e obras adquiridos no ano 4* | 35.002 | - | - | - | - | 5.834 | 5.834 | 5.834 | 5.834 | 5.834 | 5.834 |
| *Bens e obras adquiridos no ano 5* | 17.862 | - | - | - | - | - | 3.572 | 3.572 | 3.572 | 3.572 | 3.572 |
| *Consultorias pagas no ano 1* | 10.783 | - | 1.198 | 1.198 | 1.198 | 1.198 | 1.198 | 1.198 | 1.198 | 1.198 | 1.198 |
| *Consultorias pagas no ano 2* | 15.017 | - | - | 1.877 | 1.877 | 1.877 | 1.877 | 1.877 | 1.877 | 1.877 | 1.877 |
| *Consultorias pagas no ano 3* | 19.350 | - | - | - | 2.764 | 2.764 | 2.764 | 2.764 | 2.764 | 2.764 | 2.764 |
| *Consultorias pagas no ano 4* | 20.811 | - | - | - | - | 3.469 | 3.469 | 3.469 | 3.469 | 3.469 | 3.469 |
| *Consultorias pagas no ano 5* | 10.621 | - | - | - | - | - | 2.124 | 2.124 | 2.124 | 2.124 | 2.124 |
| ***Total*** | 203.368 | - | 3.213 | 8.247 | 15.661 | 24.963 | 30.660 | 30.660 | 30.660 | 30.660 | 28.645 |
| Fonte: Cálculos do autor baseados nos Custos totais do projeto. | | | | | | | | | | | | |

* 1. As estimativas dos custos totais, incluindo custos de financiamento, contrapartida, financeiros e de manutenção, estão apresentadas na Tabela 4.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 4: Custos PROFISCO II São Paulo (em mil dólares)** | | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -7.125 | -23.117 | -31.360 | -32.177 | -26.179 | -11.484 | -11.369 | -11.253 | -11.138 | -10.412 | -175.614 |
| Financiamento | -6.016 | -18.777 | -25.455 | -21.946 | -14.926 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -87.120 |
| Contrapartida local | -543 | -2.369 | -1.890 | -3.497 | -1.380 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -9.680 |
| Juros | -159 | -686 | -1.332 | -1.913 | -2.309 | -2.193 | -2.078 | -1.962 | -1.847 | -1.732 | -16.211 |
| Comissão de crédito | -406 | -312 | -184 | -75 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -976 |
| Manutenção | 0 | -974 | -2.499 | -4.746 | -7.565 | -9.291 | -9.291 | -9.291 | -9.291 | -8.680 | -61.627 |
| Fonte: Cálculos do autor baseados nos Custos totais do projeto. | | | | | | | | | | | | |

## Benefícios

* 1. O PROFISCO II inclui três grandes áreas de atuação divididas em um total de 19 produtos. Quase todos os produtos gerarão aumento de receita, economia para o contribuinte ou redução de gastos para o governo. Para a análise C-B foram selecionados 6 produtos (1 do componente I, 3 do componente II e 2 do componente III), que caracterizam bem os ganhos potenciais e que contam com disponibilidade de dados para identificar e quantificar adequadamente os benefícios.
  2. A maior parte dos benefícios medidos resultam de economias de gastos para o estado (45,8%), principalmente as economias com compras e redução de pessoal na preparação da folha de pagamentos. Aumento da arrecadação advindos do novo modelo de cobrança do ITCMD soma 27,2% dos benefícios medidos enquanto 26,9% representam economias para o contribuinte relacionadas à maior disponibilização online de serviços atualmente apenas presenciais e na eliminação de uma obrigação acessória.

### B.1 Aumento de Arrecadação

* 1. O Componente II (Administração tributária e contencioso fiscal) do PROFISCO II financiará iniciativas que buscam aumentar a arrecadação própria de São Paulo, incluindo, entre outras: (i) ampliação do modelo autenticador e transmissor (SAT) de documentos fiscais; (ii) implantação do sistema integrador ao Operador Nacional dos Estados (ONE); (iii) ampliação do sistema de inteligência fiscal da SEFAZ; (iv) implantação do sistema de arrecadação do ITCMD; (v) implantação do sistema de tratamento e cruzamento de informações fiscais sobre a venda de combustível e (vi) implantação de um novo modelo de cobrança.
  2. Todas as ações descritas acima, especialmente o uso mais intensivo de tecnologia na gestão tributária, irão impactar no aumento da arrecadação através da redução da evasão fiscal.[[10]](#footnote-11)
  3. Para a análise C-B, foi analisado um exemplo que conta com dados disponíveis e adequados para a medição de aumentos de arrecadação.
  4. **Exemplo 1**: **Sistema de Arrecadação ITCMD Implantado**. O estado de São Paulo está no processo de alteração de alguns dispositivos da Lei 10.705/00 e pretende resolver problemas relativos aos seguintes pontos:
     1. Tributar os planos de previdência tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), aproximando a legislação do estado à legislação do que já é praticado em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Paraná;
     2. Alterar a composição da base de cálculo de bens transmitidos com reserva de usufruto, revogando a possibilidade de recolhimento sobre 2/3 da base de cálculo quando da transmissão com reserva de usufruto e 1/3 quando da consolidação da propriedade plena, passando a exigir o recolhimento integral, em um único momento, por ocasião da transmissão;
     3. Alterar a disposição definidora de limite mínimo de base de cálculo de imóveis (artigo 13 da Lei 10.705/00) para prever a divulgação, pela Secretaria da Fazenda, de valores atribuíveis aos referidos bens, evitando as ações judiciais que hoje questionam a legalidade do artigo 16 do Decreto 46.655/02, permitindo um incremento da arrecadação e garantindo a observância aos princípios da segurança jurídica e da justiça fiscal;
     4. Alterar a disposição que define a base de cálculo de participações societárias não negociadas em bolsa de valores, de forma a desestimular a utilização de holdings familiares como forma de planejamento sucessório, aproximando a carga tributária dos bens transmitidos a título não oneroso, por meio de empresas, daquela que incide sobre pessoas naturais;
     5. Inclusão de dispositivo que permita a exigibilidade automática do débito declarado pelo contribuinte (sem a necessidade de lavratura de AIIM).
  5. As alterações previstas nos itens “b” e “d” acima, embora se espere um impacto positivo na arrecadação, são, atualmente, imensuráveis, devido à absoluta falta de dados que permitam o controle de tais transmissões. A alteração prevista no item “e” tem objetivo gerencial de automatizar a exigibilidade dos créditos tributários de ITCMD provenientes de auto lançamento.
  6. A SEFAZ estima ganhos substanciais referente às alterações propostas no item “c”. Um recente estudo da SEFAZ (ver NOTA TÉCNICA: ITCMS - ESTUDO DE IMPACTO NA ARRECADAÇÃO), conclui: “Considerando todo o exposto, concluímos que a implantação de um sistema declaratório de ITCMD, com a resolutividade e nível de automatização projetados, seguindo as premissas que orientaram a elaboração de seu desenho conceitual, bem como as alterações legislativas sugeridas, levará a um acréscimo de arrecadação anual da ordem de R$ 577.855.616,24 (quinhentos e setenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos) no primeiro ano de vigência, aumentando a cada ano, estabilizando-se com um acréscimo de R$ 785.993.255,46 (setecentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) a partir do sexto ano de vigência, o que corresponde, a partir dessa data, a um acréscimo de 33,76% na arrecadação de ITCMD.” No entanto, os parâmetros são menos sólidos para esta estimativa.
  7. Assim, optou-se por incluir na análise C-B apenas as estimativas de ganhos referente a letra “a” acima, visto que outros estados já estabeleceram o precedente. Usando informações da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), referentes ao ano de 2014, projetou-se os valores nominais futuros. A Tabela 5 abaixo mostra um impacto na arrecadação paulista da ordem de R$ 49, 4 milhões anuais. Estima-se uma arrecadação incremental de 25% ao ano, iniciando no segundo ano, até chegar a 100% do potencial no ano cinco de implantação do programa. A SEFAZ-SP estima uma arrecadação incremental de 25% ao ano, iniciando no segundo ano, até chegar a 100% do potencial no ano cinco de implantação do programa, baseada no aumento gradual da capacidade da organização em tributar os planos de previdência tipo PGBL e VGBL.É possível que estas proporções sejam maiores ainda nos primeiros anos de execução se a capacidade da organização de tributação se expanda mais rapidamente com a implementação mais rápida das atividades previstas (processos, sistemas e treinamento de equipe).

|  |  |
| --- | --- |
| **Tabela 5: Impacto da Arrecadação do ITCMD para São Paulo** | |
| Total de Resgates apurados para um ano (Brasil) | R$ 38.970.029.306,95 |
| Porcentual correspondente a *causa mortis* | 7,20% |
| Total apurado por ano por *causa mortis* | R$ 2.805.842.110,10 |
| Porcentual de contribuições (prêmios) correspondentes ao Estado de SP vs. Brasil (Fonte Susep) | 44% |
| Base de cálculo de ITCMD para SP | R$ 1.234.570.528,44 |
| **POTENCIAL ARRECADAÇÃO ANUAL PARA SÃO PAULO** | **R$ 49.382.821,14** |
| Fonte: Cálculos da SEFAZ-SP com base nos dados da Superintendência de Seguros Privados | |

### B.2. Redução de custos para o Estado

* 1. **Exemplo 1: Redução do custo de preparação da Folha de Pagamentos.** O atual sistema de folha de pagamentos demanda muitos servidores para sua preparação e execução. Os departamentos de Recursos Humanos dos órgãos setoriais e da SEFAZ fazem todo o trabalho necessário de recepção, tratamento e encaminhamento de documentos e expedientes recebidos em papel/meio físico.
  2. A Tabela 6 mostra que, em 2017, 445 pessoas trabalhavam em tempo integral na preparação e execução da folha de pagamentos. Cada pessoa em tempo integral custou ao governo, em média, R$5,6 mil mensal, incluindo encargos. Por ano, estes gastos totalizam R$32,6 milhões, incluindo décimo-terceiro salário.
  3. Com a implementação do novo sistema RH Folh@, financiado pelo PROFISCO II, a SEFAZ-SP estima uma redução substancial de horas trabalhadas na folha de pagamento, requerendo apenas 295 servidores em tempo integral com o novo sistema. Esta redução é, equivalente a uma economia de R$11 milhões anualmente. A economia de gasto com pessoal está também dividida no tempo, 30% da redução começando no segundo ano de execução do programa, 60% no terceiro e 100% do quarto ano em diante. A economia de gasto com pessoal está também dividida no tempo, 30% da redução começando no segundo ano de execução do programa, 60% no terceiro e 100% do quarto ano em diante, de acordo com estimativas da SEFAZ-SP baseada no número de órgãos setoriais que serão incluídos no novo sistema a cada ano. Importante notar que os servidores não serão despedidos, mas assignados para outras tarefas, não havendo, portanto, custos associados com demissão de funcionários. Assim, mede-se o custo oportunidade do tempo que será economizado com o novo sistema.
  4. Adicionalmente, está prevista a desativação de 67 dos 99 sistemas que atualmente lidam com dados para formação da folha de pagamento entre as diversas entidades da Administração Direta e Indireta (anexo na NT do produto, página 32), possibilitando também a economia na manutenção da multiplicidade de sistemas utilizados atualmente, como o SDPE (SEFAZ), com economia estimada de 60% do contrato de manutenção, resultando em cerca de R$ 13 milhões de economia anuais (em relação aos cerca de R$ 21,5 mi/ano gastos atualmente) e o SICAD (SPG), que será integralmente desativado, com economia anual de cerca de R$ 580 mil, valor atualmente gasto para manutenção/ano para o sistema. Para esta análise C-B foi incluída apenas a economia de R$ 580 mil anuais resultante da desativação integral do SICAD (SPG).
  5. Em resumo, foram incluídas as economias anuais com pessoal de R$11 milhões e de R$ 580 mil com a desativação de um dos sistemas, totalizando R$11,6 milhões anualmente.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 6: Custo de Pessoal Associado à Preparação da Folha de Pagamentos**  **São Paulo - 2017** | | | |
|  |  | Valores |
| Antes | Numero | 445 |
| Custo médio mensal | 5.642 |
| Custo médio anual (13 meses) | 73.343 |
| Custo Total Anual | 32.637.582 |
| Despois | Numero | 295 |
| Custo médio mensal | 5.642 |
| Custo médio anual (13 meses) | 73.343 |
| Custo Total Anual | 21.636.150 |
| Economia | Numero | 150 |
| Custo médio mensal | 5.642 |
| Custo médio anual (13 meses) | 73.343 |
| Custo Total Anual | 11.001.432 |
| Fonte: Cálculos do autor baseados nas informações da SEFAZ-SP, 2017. | | | |

* 1. **Exemplo 2: Redução de Gastos com o novo Sistema de Administração Financeira – SIAFEM.** O SIAFEM atualmente utilizado pela Secretaria Estadual da Fazenda e mantido pelo SERPRO (órgão federal de tecnologia) só é utilizado por mais três estados (Alagoas, Maranhão e Pará) e a tecnologia e linguagem utilizadas estão em franco processo de obsolescência, sendo necessária a modernização das ferramentas utilizadas. Em relatório apresentado pelo Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN em Junho/2017 é proposto um padrão mínimo de um sistema SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira), além de se apresentar as três gerações delineadas pela consultoria contratada pelo BID para avaliação do nível dos sistemas de cada ente subnacional, que resultou na constatação de que o SIAFEM seria um sistema de primeira geração, evidentemente ultrapassado.
  2. O SIAFEM atual tem um alto custo de manutenção e elevado risco para as operações financeiras do Estado além de dependência de outros órgãos de governo para desenvolvimento de novas funcionalidades.
  3. O custo de manutenção do atual SIAFEM, considerando aspectos de APP (Desenvolvimento) e ITO (Hardware), é de cerca de R$ 18 milhões anualmente. A Tabela 7 detalha os custos atuais do sistema e os custos estimados depois da implantação do novo SIAFEM. A economia de R$ 16,232 milhões se dará cumulativamente, começando com 10% no segundo ano de implantação do programa, passando 70% no terceiro, 90% no quarto e 100% no quinto ano, de acordo com o número de sistemas atuais que serão substituídos pelo novo SIAFEM a cada ano, segundo estimativas da SEFAZ-SP.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Tabela 7: Economias Estimadas com a Implantação do novo SIAFEM | | | |
|  | Depois | Atual | Economia |
| MIP | - | 5.400.000 | 5.400.000 |
| Licenças | - | 552.000 | 552.000 |
| Analistas e desenvolvedores | 1.066.667 | 10.666.667 | 9.600.000 |
| storage | 102.000 | 170.000 | 68.000 |
| outros | 599.333 | 1.211.333 | 612.000 |
| Total | 1.768.000 | 18.000.000 | 16.232.000 |
| Fonte: Cálculos da SEFAZ-SP baseados nas informações da PRODESP. | | | |

* 1. **Exemplo 3: Redução de Gastos com o Novo Sistema de Compras.** A Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – [BEC/SP](https://www.bec.sp.gov.br/BECSP/Home/Home.aspx) foi criada em 2000 com o objetivo inicial de transformar a forma tradicional de comprar dos órgãos da administração estadual para uma forma eletrônica, visando melhor aproveitamento e aplicação dos recursos públicos, agilidade no gerenciamento e controle das aquisições. A BEC é responsável pelo gerenciamento das negociações, Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (Caufesp), Cadastro de Materiais e Serviços (Cadmat) e Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados (CadTerc). O advento da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo em 2005, foi tão inovador e importante que, a partir de janeiro de 2007, todas as compras/contratações realizadas pela Administração passaram a ser obrigatórias por essa modalidade. Tal ação conferiu mais abrangência e crescimento do portal eletrônico, transformando-se uma referência em compras públicas para outros estados brasileiros e países vizinhos. Nos últimos anos, além do próprio Governo do Estado, diversas Prefeituras, entidades paraestatais e do terceiro setor também passaram a utilizar a BEC como plataforma eletrônica de compras.
  2. Em 2017, como mostra a Tabela 8, o estado de São Paulo adquiriu R$33,2 bilhões em bens e serviços. Deste total a BEC movimentou pouco mais de R$ 11 bilhões em negociações, um terço do valor total, por meio de mais de 56 mil processos de compra. No consolidado desde sua criação, foram quase R$ 80 bilhões negociados, em um total de 734 mil ofertas de compra (negociações eletrônicas) através da BEC.
  3. Com financiamento do PROFISCO II, a SEFAZ planeja ampliar em 10% a participação da BEC/SP no valor total gasto na aquisição de bens e serviços, um aumento de R$1,1 milhões anualmente. Uma amostragem feita com licitações de materiais de escritório que estão publicadas no site www.pregao.sp.gov.br mostra que os modelos eletrônicos oferecem 15% a mais de economia média em relação aos modelos presenciais. A análise C-B adota uma hipótese extremamente conservadora de uma economia de apenas um terço do estimado pela amostra com matérias de escritório. Aplicando 5% de economia sobre o aumento de R$ 1,1 bilhões negociados através da BEC, estima-se uma economia anual de $55 milhões, iniciando com 25% deste valor no segundo ano do programa e crescendo 25% ao ano até alcançar 100% do valor estimado no quinto ano de execução. Esta economia gradual é estimada pela SEFAZ-SP baseada no aumento gradual da capacidade de absorção de novos processos pela BEC.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 8: Compras do Estado de São Paulo** | | |
| **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** | **BEC SIM** | **BEC NÃO** |
| A IDENTIFICAR ADIANTAMENTO |  | R$ 152.052.376,14 |
| ADJUDICACAO |  | R$ 975,42 |
| CONCORRENCIA |  | R$ 6.002.085.496,33 |
| CONCURSO |  | R$ 33.459.273,99 |
| CONVITE | R$ 142.257.335,93 | R$ 55.576.665,21 |
| DISPENSA DE LICITACAO | R$ 238.422.802,95 | R$ 8.078.228.971,97 |
| INDEPEND LICITACAO |  | R$ 1.895.390.249,67 |
| INEXIGIVEL |  | R$ 3.955.180.245,59 |
| PREGÃO | R$ 10.667.950.981,57 | R$ 1.843.195.070,10 |
| TOMADA DE PRECO |  | R$ 125.442.103,95 |
| **TOTAL DO GASTO** | **R$ 11.048.631.120,45** | **R$ 22.140.611.428,37** |
| **Fonte: BEC-SP, 2018** | | |

### B.3. Redução de custos para o Contribuinte

* 1. **Exemplo 1: Redução de Gastos para o contribuinte com a melhoria dos serviços de atendimento ao contribuinte**. A SEFAZ-SP iniciou em 2011 a implementação do Programa de Melhoria no Atendimento ao Público que resultou em vários trabalhos que modificaram toda a estrutura de atendimento da SEFAZ (criação de uma Base de Dados-BIA, de manuais para servidores e para os usuários do atendimento, gerenciamento de fila no atendimento presencial, entre outros).
  2. O atendimento não presencial é efetuado via Fale Conosco, desenvolvido dentro da própria SEFAZ, para oferecer provisoriamente um canal de atendimento por correio eletrônico com o advento da internet e sem o objetivo de alcançar índices de excelência em atendimento ao público. Como as demandas de atendimento cresceram rapidamente, sem a disponibilidade de uma solução melhor, optou-se por incrementar o que deveria ter sido, há muito tempo, substituído por uma ferramenta com mais recursos. A SEFAZ também presta o serviço de 0800 (telefonia) por meio de uma empresa contratada que usa o seu próprio software para a gestão deste canal e que não está integrado às outras ferramentas da SEFAZ, impossibilitando a formação de um histórico único dos usuários.
  3. Houve diversas tentativas de substituição destas ferramentas do atendimento para que fosse criado um “Contact Center Único” na SEFAZ que esbarraram em problemas orçamentários.
  4. Apesar de quase todos os serviços serem oferecidos pelos diferentes canais de atendimento, registra-se ainda 126.000 atendimentos presenciais mensais, devido ao baixo qualidade e reduzido nível de resolutividade dos canais não-presenciais. O tempo médio de atendimento presencial é de 12 minutos chegando ao máximo de 4,5 horas. Se levar em conta um tempo de deslocamento de uma hora, o que em São Paulo seria um tempo mínimo, o contribuinte estaria gastando mais de1,5 milhões de horas anualmente só em deslocamento. Considerando o custo de R$ 18,70 por hora de um contador júnior, o custo social do tempo de deslocamento mais tempo de atendimento chega a R$ 34 milhões por ano. Este valor é muito maior se consideramos mais de uma hora de descolamento e o custo financeiro do deslocamento seja de carro, metrô, ônibus ou taxi.
  5. O PROFISCO II financiará diversas atividades de melhoria da qualidade e resolutividade do atendimento não-presencial com o objetivo de transferir parte do atendimento presencial para estes outros meios. A SEFAZ-SP estima uma redução de 20% nos atendimentos presenciais com a implementação destas ações.
  6. A Tabela 9 mostra que uma estimativa extremamente conservadora aponta um custo anual de mais de R$ 33 milhões para a sociedade quando computado apenas o tempo de deslocamento e atendimento para o contribuinte. Uma redução de 20% no atendimento presencial representa uma economia de R$ 6,8 milhões anualmente. Esta economia seria gradual, com 25% no segundo ano de execução do programa, 50% no segundo, 75% no terceiro e 100% do quinto ano em diante. Esta economia seria gradual, com a adoção de medidas de melhoria da qualidade e aumento da resolutividade de serviços selecionados prestados nos canais não-presenciais a partir do segundo ano de execução do programa. A SEFAZ-SP estima que medidas tomadas para serviços específicos mais fáceis de serem totalmente atendidos online resultarão em uma redução de 6,300 atendimentos presenciais no segundo ano de execução. Nos anos três, quatro e cinco de execução, mais serviços irão ser disponibilizados online com maior qualidade e resolutividade reduzindo atendimento presencial na mesma proporção do ano 2, totalizando 25,200 (20% de todos os atendimentos presenciais atuais) atendimentos que passaram de presencial a autoatendimento virtual a partir do quinto ano de execução. Esta estimativa gradual está baseada nos níveis de dificuldade de melhorar estes serviços, com os mais fáceis já no segundo ano e assim por diante.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tabela 9: Economia para o contribuinte com redução do atendimento presencial | | |
|  | Mensal | Anual |
| Número Atual | 126.000 | 1.512.000 |
| Tempo médio de atendimento (horas) | 0,2 | 0,2 |
| Número de horas atendimento | 25.200 | 302.400 |
| Tempo médio de deslocamento (horas) | 1 | 1 |
| Número de horas de deslocamento | 126.000 | 1.512.000 |
| Tempo total do contribuinte (horas) | 151.200 | 1.814.400 |
| Custo hora (contador júnior) | R$ 18,70 | R$ 18,70 |
| Custo total | R$ 2.827.440,00 | R$ 33.929.280,00 |
| **20% economia** | **R$ 565.488,00** | **R$ 6.785.856,00** |
| Fonte: Cálculos do autor baseados em informações da SEFAZ-SP | | |

* 1. **Exemplo 2:** **Eliminação de uma obrigação acessória**. O Brasil ocupa uma das piores posições (181 em 190) em tempo necessário para o contribuinte cumprir com suas obrigações tributárias, segundo o Doing Business. Embora os dados se refiram apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo, a situação não é diferente para o resto do país. A edição de 2017 do Doing Business registra que uma empresa, em média, gasta 2038 horas anualmente para cumprir suas obrigações tributárias. Para o ICMS, este tempo é de 1189 horas anualmente.[[11]](#footnote-12)
  2. A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)[[12]](#footnote-13), parte do PROFISCO I, representou um avanço na direção de melhorar as condições para o contribuinte cumprir suas obrigações tributárias, mas não eliminou todas as obrigações acessórias existentes anteriormente.
  3. Em São Paulo, o contribuinte ainda tem que apresentar a GIA (Guia de Informação e Apuração do ICMS). O contribuinte usa as mesmas bases de informações para preencher o SPED e a GIA, mas o preenchimento e transmissão requerem tempo adicional. Uma pesquisa com contadores do estado constatou que esta declaração acessória demanda mensalmente por volta de uma 45 minutos para preparação e envio.
  4. Atualmente o estado tem 250 mil firmas ativas apresentando a GIA mensalmente, gastando 45 minutos para cumprir com esta obrigação tributária. No ano, são quase 2,25 milhões de horas. O custo mínimo com um profissional em contabilidade que, em geral, são os que se ocupam destas declarações acessórias fica em R$ 18,70[[13]](#footnote-14). Assim, o custo anual para os contribuintes entregarem esta declaração fica em torno de R$ 42,1 milhões.
  5. O PROFISCO II financiará ações que eliminarão a necessidade do preenchimento desta declaração acessória. A SEFAZ-SP estima a eliminação da GIA para 25% das firmas no segundo ano de execução do programa, 50% no terceiro, 75% no quarto e 100% do quinto ano em diante. A SEFAZ-SP estima, de acordo com sua capacidade de absorção das informações através da EFD (Escrituração Fiscal Eletrônica que substituirá a GIA) a eliminação da GIA para 25% das firmas no segundo ano de execução do programa, 50% no terceiro, 75% no quarto e 100% do quinto ano em diante.
  6. A Tabela 10 sumariza os benefícios estimados para os produtos incluídos na análise C-B para os 10 anos que a análise cobre, em R$ 1000 e US$ 1000.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 10: Cálculos dos Benefícios do Programa - SP (em R$ 1000 e US$ 1000)** | | | | | | | | | | | |
| **Em R$ 1000** | | | | | | | | | | | |
|  | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 | Total |
| Economia preparação da folha | - | 2.316 | 4.632 | 9.263 | 11.579 | 11.579 | 11.579 | 11.579 | 11.579 | 11.579 | 85.685 |
| Economia Sistema de Compras | - | 13.811 | 27.622 | 41.432 | 55.243 | 55.243 | 55.243 | 55.243 | 55.243 | 55.243 | 414.324 |
| Sistema de Administração Financeira-SIAFEM | - | 1.623 | 9.739 | 14.609 | 16.232 | 16.232 | 16.232 | 16.232 | 16.232 | 16.232 | 123.363 |
| Redução atendimento presencial-contribuinte | - | 1.696 | 3.393 | 5.089 | 6.786 | 6.786 | 6.786 | 6.786 | 6.786 | 6.786 | 50.894 |
| Obrigações Acessórias | - | 10.519 | 21.038 | 31.556 | 42.075 | 42.075 | 42.075 | 42.075 | 42.075 | 42.075 | 315.563 |
| Sistema de Arrecadação ITCMD | - | 12.346 | 24.691 | 37.037 | 49.383 | 49.383 | 49.383 | 49.383 | 49.383 | 49.383 | 370.371 |
| Total | - | 42.311 | 91.114 | 38.987 | 81.298 | 81.298 | 181.298 | 181.298 | 181.298 | 181.298 | 1.360.199 |
| **Em US$ 1000** | | | | | | | | | | | |
|  | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8 | Ano 9 | Ano 10 | Total |
| Economia preparação da folha | - | 702 | 1.404 | 2.807 | 3.509 | 3.509 | 3.509 | 3.509 | 3.509 | 3.509 | 25.965 |
| Economia Sistema de Compras | - | 4.185 | 8.370 | 12.555 | 16.740 | 16.740 | 16.740 | 16.740 | 16.740 | 16.740 | 125.553 |
| Sistema de Administração Financeira- SIAFEM | - | 492 | 2.951 | 4.427 | 4.919 | 4.919 | 4.919 | 4.919 | 4.919 | 4.919 | 37.383 |
| Redução atendimento presencia- contribuinte | - | 514 | 1.028 | 1.542 | 2.056 | 2.056 | 2.056 | 2.056 | 2.056 | 2.056 | 15.422 |
| Obrigações Acessórias | - | 3.188 | 6.375 | 9.563 | 12.750 | 12.750 | 12.750 | 2.750 | 12.750 | 12.750 | 95.625 |
| Sistema de Arrecadação ITCMD | - | 3.741 | 7.482 | 11.223 | 14.964 | 14.964 | 14.964 | 14.964 | 14.964 | 14.964 | 112.234 |
| Total | - | 12.821 | 27.610 | 42.117 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 412.182 |
| Fonte: Cálculos do autor baseados nos benefícios estimados para o projeto | | | | | | | | | | | |

**B.4. Alinhamento com a Matriz de Resultados**

* 1. A análise C-B está alinhada com a Matriz de Resultados do Programa. O PROFISCO II tem três indicadores de impacto e três de resultado. Com relação aos indicadores de impacto, o programa espera: (i) aumentar o resultado primário como percentual do PIB; (ii) aumentar a arrecadação tributária como percentual do PIB; e (iii) reduzir a Dívida Corrente Líquida como percentual do PIB. A Tabela 11 abaixo mostra a contribuição dos benefícios medidos na análise C-B para alcançar as metas estabelecidas na Matriz de Resultado.
  2. O resultado primário (acima da linha) aumenta quando a receita cresce mais que a despesa. A análise C-B identifica e mede dois produtos associados ao aumento da receita (novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias e novo modelo de cobrança) e redução da despesa (folha de pagamento tanto no valor da folha quanto na redução de trabalho na sua preparação, previdência, compras, novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias e formalização de processos).
  3. A Tabela 11 mostra que os benefícios medidos na análise C-B (aumento de arrecadação e redução de despesas – economia de gastos) contribui substancialmente para o alcance das metas. A tabela foi construída da seguinte forma e com as seguintes premissas:’
     1. Só se leva em consideração benefícios resultantes do PROFISCO II. Por exemplo, o PIB do estado deve crescer no período de implantação do programa e, como consequência, também crescerá a arrecadação tributária. No entanto, o crescimento da arrecadação advinda do crescimento do PIB não resulta das ações do programa e, como tal, não é levado em conta. Apenas os ganhos de eficiência resultantes das ações do programa (redução da evasão fiscal e melhoria da cobrança) são contabilizadas e medidas pelo aumento da arrecadação como proporção do PIB.
     2. Os valores apresentados são em termos reais (não nominais) e tem como base sua relação com o PIB de 2017, ano base do programa. Por exemplo, o PIB deverá aumentar, mas o que importa é a proporção das diversas variáveis como proporção do PIB. Para efeitos de comparação, aplica-se os percentuais ao PIB de 20117 para medir os níveis das mesmas.
     3. Assume-se que: (i) aumento do resultado primário resulta do aumento da arrecadação tributária e redução dos gastos do governo através de medidas de ganho de eficiência como, por exemplo, melhor modelo de compras; (ii) a reduções de gasto é medida como o resíduo entre a melhoria do primário e aumento da arrecadação, indicadores de resultados na Matriz de Resultados e (iii) os ganhos do resultado primário são aplicados para a redução da dívida.
     4. Para cada item (Primário, Receita Tributária, Economia-Redução de gastos e Dívida) na tabela abaixo, a primeira coluna indica o aumento em milhões de Reais calculado a partir das metas estabelecidas na Matriz de Resultado multiplicadas pelo PIB de 2017. A segunda coluna apresenta os benefícios estimados pela análise C-B para cada ano. A terceira coluna apresenta o percentual que os benefícios medidos pela análise C-B representam das metas (resultados) estabelecidos na Matriz de Resultados.
     5. Importante lembrar que a análise C-B mede apenas os benefícios de alguns produtos, enquanto as metas na Matriz de Resultado estimam todos os benefícios. Assim, os resultados da análise C-B estão alinhados aos da Matriz de Resultados, mas são necessariamente menores que aqueles.
  4. Com relação ao segundo indicador do aumento da arrecadação tributária, a análise também está alinhada com a mensuração de um produto que impacta a arrecadação, o novo modelo de gestão do ITCMD. Os resultados da análise C-B com relação ao aumento da arrecadação para apenas dois produtos representam por volta de 50% do aumento da arrecadação estimada de todos os produtos incluída na Matriz de Resultados.
  5. A redução da dívida corrente líquida como percentual do PIB depende do resultado primário (acima da linha) quando a poupança pública pode seu usada para amortizar a dívida. Assim, como explicado acima, a análise C-B está também alinhada com este indicador. Os cálculos são relativos à redução dos percentuais da dívida sobre o PIB de 2017, ano base da análise.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 11: Contribuição dos Benefícios Medidos na análise C-B para alcançar os Resultados do Programa (R$ milhões e %)** | | | | | | | | | | | | |
|  | Resultado Primário | | | Receita Tributária | | | Economia - Redução de gastos | | | Redução da Dívida | | |
|  | Meta\* | Benefícios | % | Meta\*\* | Benefícios | % | Meta | Benefícios | % | Meta\*\*\* | Benefícios | % |
| 2019 | 25 | 15 | 61,3% | 9,5 | 4,8 | 50,7% | 15,5 | 10,5 | 67,7% | - 25 | - 15 | 61,3% |
| 2020 | 50 | 32 | 64,3% | 18,0 | 9,6 | 53,3% | 32,0 | 22,5 | 70,4% | - 50 | - 32 | 64,3% |
| 2021 | 75 | 59 | 79,1% | 26,5 | 15,0 | 56,6% | 48,5 | 44,3 | 91,5% | - 75 | - 59 | 79,1% |
| 2022 | 100 | 70 | 69,8% | 35,0 | 18,0 | 51,4% | 65,0 | 51,8 | 79,8% | - 100 | - 70 | 69,8% |
| 2023 | 120 | 70 | 58,2% | 42,6 | 18,0 | 42,2% | 77,4 | 51,8 | 67,0% | - 120 | - 70 | 58,2% |
| Total | 370 | 246 | 66,6% | 131,6 | 65,4 | 49,7% | 238,4 | 181,0 | 75,9% | - 370 | - 246,4 | 66,6% |
| \*Corresponde aos incrementos no indicador de impacto (Resultado Primário/PIB) na Matriz de Resultados que cresce de um déficit de -1,60% do PIB no ano base para 0,02%, 0,05%, 0,07%, 0,08% e 0,1% do PIB nos anos de implementação do programa e que correspondem a aumentos de R$ 25, R$ 50, R$ 75, R$100 e R$120 milhões, respectivamente.  \*\*Corresponde aos incrementos no indicador de impacto (Receita Tributária/PIB) na Matriz de Resultados que cresce de 10,16% do PIB no ano base para 10,26%, 10,35%, 10,44%, 10,53%, 10,61% do PIB nos anos de implementação do programa e que correspondem a aumentos de R$ 9,6, R$ 18, R$ 26,5, R$35 e R$42,6 milhões, respectivamente.  \*\*\*Corresponde aos incrementos no indicador de impacto (Dívida Corrente Líquida/PIB) na Matriz de Resultados que cai de 7,96% do PIB no ano base para 7,88%, 7,80%, 7,69%, 7,69%, 7,56% do PIB nos anos de implementação do programa e que correspondem a reduções iguais ao aumento do superávit primário que é usado para amortização da dívida nos anos respectivos.  **Fonte: Cálculos do autor baseado nos indicadores de impacto da Matriz de Resultados e na análise C-B.** | | | | | | | | | | | | |

* 1. A análise C-B está alinhada com um dos três indicadores de resultado, a redução do orçamento de funcionamento da SEFAZ como percentual da arrecadação tributária total. A análise está alinhada com relação ao numerador ao mensurar reduções de gastos da SEFAZ como o noivo SIAFEM e preparação da folha de pagamento) e com o denominador ao estimar aumento da arrecadação tributária. Os três indicadores de resultado:
  2. Os dois outros indicadores de resultado (quantidade de metas cumpridas como percentual de metas planejadas e orçamento executado sobre orçamento planejado não são quantificáveis financeiramente para inclusão na análise C-B.

# Resultado da Análise Custo-Benefício

* 1. A análise C-B mostra que, no horizonte de 10 anos, usando todos os custos e os benefícios estimados para 6 produtos (1 do componente I, 3 do componente II e 2 do componente III), o PROFISCO II tem uma taxa interna de retorno bastante sólida. A Tabela 12 mostra que, no Cenário 1 (básico), usando os resultados descritos acima e uma taxa de desconto de 12%, o programa obtém uma taxa interna de retorno (TIR) de 64,1% e um valor presente líquido (VPL) de US$ 94,9 milhões. O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no quarto ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no quinto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 12: Cenário Básico da Análise Custo-Benefício (em US$1000)** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -7.125 | -23.117 | -31.360 | -32.177 | -26.179 | -11.484 | -11.369 | -11.253 | -11.138 | -10.412 | -175.614 |
| Benefícios | 0 | 12.821 | 27.610 | 42.117 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 412.182 |
| Fluxo | -7.125 | -10.296 | -3.750 | 9.941 | 28.759 | 43.455 | 43.570 | 43.686 | 43.801 | 44.527 | 236.568 |
| **Valor Presente Líquido** | | | **94.898** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **TIR** | | | **64,1%** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | |

* 1. O Cenário Básico descrito na Tabela 12 inclui quantificação de seis produtos. A Tabela 13 abaixo apresenta os resultados da análise Custo-Benefício quando os benefícios com a arrecadação adicional são excluídos (aumento de arrecadação através da redução da evasão fiscal com a implantação do novo sistema de gestão do ITCMD). Neste caso, a TIR é de 34% e o VPL é de US$ 40,4 milhões. O fluxo financeiro se torna positivo a partir do quinto ano e, no acumulado, o retorno é positivo a partir do sexto ano.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 13: Cenário Básico Excluindo Arrecadação (em US$1000)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | | ano 8 | | ano 9 | | ano 10 | | Total | |
| Custos totais | -7.125 | -23.117 | -31.360 | | -32.177 | -26.179 | -11.484 | -11.369 | | -11.253 | | -11.138 | | -10.412 | | -175.614 | |
| Benefícios | 0 | 9.080 | 20.128 | | 30.894 | 39.974 | 39.974 | 39.974 | | 39.974 | | 39.974 | | 39.974 | | 299.948 | |
| Fluxo | -7.125 | -14.037 | -11.232 | | -1.283 | 13.795 | 28.490 | 28.606 | | 28.721 | | 28.836 | | 29.563 | | 124.334 | |
| **Valor Presente Líquido** | | | | **40.356.482** | |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |
| **TIR** | | | | **34,0%** | |  |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

* 1. Um risco presente está associado às demoras na implementação do programa, resultando no adiamento da geração de benefícios. A Tabela 14 assume que todos os benefícios são adiados por um ano, embora os custos permaneçam como no cenário original, caracterizando uma hipótese bastante conservadora. Neste sentido, a TIR fica em 33,2%, o VPL em US$57,7 milhões, o fluxo financeiro fica positivo a partir do quinto ano e o fluxo acumulado a partir do sexto ano.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 14: Cenário Básico - Início de todos os benefícios adiado em um ano (em US$1000)** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -7.125 | -23.117 | -31.360 | -32.177 | -26.179 | -11.484 | -11.369 | -11.253 | -11.138 | -10.412 | -175.614 |
| Benefícios | 0 | 0 | 12.821 | 27.610 | 42.117 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 54.939 | 357.243 |
| Fluxo | -7.125 | -23.117 | -18.539 | -4.566 | 15.938 | 43.455 | 43.570 | 43.686 | 43.801 | 44.527 | 181.629 |
| **Valor Presente Líquido** | | | **57.655** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **TIR** | | | **33,2%** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | |

* 1. Todos os benefícios estimados começam no ano 2 da execução do programa e crescem nos anos posteriores até atingir 100% no ano 5, último ano de execução. Existe um risco de que os benefícios sejam menores do que os estimados nos primeiros anos de execução do programa, com maiores ganhos nos últimos anos de execução. A Tabela 15 assume a hipótese mais conservadora possível, a de que todos os benefícios só se realizam no ano 5, último ano de execução do programa, embora os custos permaneçam como no cenário original. Neste sentido, a TIR fica em 23,9%, o VPL em US$38,3 milhões, o fluxo financeiro fica positivo a partir do quinto ano e o fluxo acumulado a partir do sétimo ano.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 15: Cenário Básico -Todos os benefícios iniciados apenas no ano 5 de execução do programa (em US$1000)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | | ano 4 | | ano 5 | | ano 6 | | ano 7 | | ano 8 | | ano 9 | | ano 10 | | Total | |
| Custos totais | -7.125 | -23.117 | -31.360 | | -32.177 | | -26.179 | | -11.484 | | -11.369 | | -11.253 | | -11.138 | | -10.412 | | -175.614 | |
| Benefícios | 0 | 0 | 0 | | 0 | | 54.939 | | 54.939 | | 54.939 | | 54.939 | | 54.939 | | 54.939 | | 329.635 | |
| Fluxo | -7.125 | -23.117 | -31.360 | | -32.177 | | 28.760 | | 43.455 | | 43.571 | | 43.686 | | 43.801 | | 44.527 | | 154.021 | |
| **Valor Presente Líquido** | | | | **38.259** | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |
| **TIR** | | | | **23,9%** | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

# Análise de Sensibilidade

* 1. Toda análise C-B ex-ante está associada a riscos de diferentes tipos. Neste case específico, os riscos estão relacionados a benefícios menores do que esperados e uma possível desvalorização do Real, visto que os benefícios serão obtidos nesta moeda enquanto os custos são fixos em dólares. Uma análise de sensibilidade mudando alguns parâmetros usados no cenário básico pode melhor contextualizar estes riscos.
  2. Três diferentes cenários foram desenhados: uma desvalorização do Real, uma redução de benefícios e um cenário que mistura desvalorização e redução de benefícios. Todos os cenários usam uma taxa de desconto de 12%.
  3. **Cenário 2: Desvalorização de 30% do Real.** Como os custos, exceto manutenção, são fixos em dólares e os benefícios são aferidos em Reais, uma desvalorização do Real implica em uma redução dos benefícios medidos em dólares. Assumindo uma desvalorização de 30% do Real, a Tabela 16 mostra que TIR cai para 41,8%, o VPL para quase US$ 55,3 milhões, o fluxo passa a ser positivo no quarto ano e o acumulado no sexto. Mesmo com um choque extremo que levasse a uma desvalorização do Real de 120%, a TIR continuaria sólida em 12%.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 16: Cenário 2 - Análise Custo-Benefício - Desvalorização do Real em 30% Em US$ 1000)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | | ano 4 | | ano 5 | | ano 6 | | ano 7 | | ano 8 | | ano 9 | | ano 10 | | Total | |
| Custos totais | -7.125 | -22.893 | -30.784 | | -31.081 | | -24.434 | | -9.340 | | -9.225 | | -9.109 | | -8.994 | | -8.409 | | -161.392 | |
| Benefícios | 0 | 9.863 | 21.239 | | 32.398 | | 42.261 | | 42.261 | | 42.261 | | 42.261 | | 42.261 | | 42.261 | | 317.063 | |
| Fluxo | -7.125 | -13.030 | -9.545 | | 1.317 | | 17.827 | | 32.921 | | 33.036 | | 33.151 | | 33.267 | | 33.852 | | 155.670 | |
| **Valor Presente Líquido** | | | | **55.317** | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |
| **TIR** | | | | **41,8%** | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

* 1. **Cenário 3: Redução de Benefícios.** A economia com a ampliação da bolsa eletrônica de compras (BEC), eliminação de uma obrigação acessória e novo sistema de arrecadação do ITCMD representam, no cenário básico, 30,5%, 23,2% e 27,2%, respectivamente, do total dos benefícios medidos. No cenário básico assumiu-se, conservadoramente, um aumento de 10% no volume de compras da BEC com uma economia de 5% nos preços; um tempo de 45 minutos para cumprir com a obrigação tributária GIA-BF e tributação apenas dos planos de previdência tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), aproximando a legislação do estado do que já é praticado em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Paraná.
  2. Neste cenário, a Tabela 17 mostra que a TIR passa para 31,1%, o VPL reduz para US$ 34,8 milhões, o fluxo se torna positivo no quinto ano, mas o fluxo acumulado (retorno) só fica positivo a partir do sexto ano.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 17: Cenário 3 - Análise Custo-Benefício - Redução de Benefícios em 30% (Em US$ 1000)** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | | ano 3 | | ano 4 | | ano 5 | | ano 6 | | ano 7 | | ano 8 | | ano 9 | | ano 10 | | Total | |
| Custos totais | -7.125 | -23.117 | | -31.360 | | -32.177 | | -26.179 | | -11.484 | | -11.369 | | -11.253 | | -11.138 | | -10.412 | | -175.614 | |
| Benefícios | 0 | 8.975 | | 19.327 | | 29.482 | | 38.457 | | 38.457 | | 38.457 | | 38.457 | | 38.457 | | 38.457 | | 288.527 | |
| Fluxo | -7.125 | -14.142 | | -12.033 | | -2.694 | | 12.278 | | 26.973 | | 27.088 | | 27.204 | | 27.319 | | 28.045 | | 112.913 | |
| **Valor Presente Líquido** | | | **34.841** | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |
| **TIR** | | | **31,1%** | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |  | |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

* 1. **Cenário 4: Desvalorização e Redução de Benefícios.** Este cenário assume uma desvalorização do Real em 30% e a redução de todos os benefícios em 30%. Neste caso a TIR passa para 17,1%, o VPL cai para US$14,1 milhões, o fluxo anual passa a ser positivo no quinto ano, e o acumulado no ano oito, como mostra a Tabela 18. Mesmo neste cenário extremamente pessimista, o programa ainda tem uma taxa interna de retorno aceitável.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 18: Cenário 4 - Análise Custo-Benefício - Desvalorização em 30% e Redução de Benefícios em 30%** | | | | | | | | | | | |
|  | ano 1 | ano 2 | ano 3 | ano 4 | ano 5 | ano 6 | ano 7 | ano 8 | ano 9 | ano 10 | Total |
| Custos totais | -7.125 | -22.893 | -30.784 | -31.081 | -24.434 | -9.340 | -9.225 | -9.109 | -8.994 | -8.409 | -161.392 |
| Benefícios | 0 | 6.904 | 14.867 | 22.679 | 29.582 | 29.582 | 29.582 | 29.582 | 29.582 | 29.582 | 221.944 |
| Fluxo | -7.125 | -15.989 | -15.916 | -8.403 | 5.149 | 20.242 | 20.358 | 20.473 | 20.589 | 21.174 | 60.551 |
| **Valor Presente Líquido** | | | **14.127** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **TIR** | | | **17,1%** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | | | | | | | | | | |

# Conclusões

* 1. O PROFISCO II para o Estado de São Paulo está desenhado para atuar nas áreas de gestão fazendária e transparência fiscal; administração tributária e contencioso fiscal; e administração financeira e gasto público. O programa conta com um financiamento de US$ 87,12 milhões de financiamento BID e US$ 9,68 milhões de contrapartida local.
  2. A análise C-B incluiu seis produtos, com representação dos três componentes do programa. Os critérios para a escolha destes produtos foram principalmente a representatividade deles para a redução dos gastos públicos, aumento da arrecadação fiscal e melhoria do ambiente de negócios com redução de custos para o contribuinte.
  3. A Tabela 19 sumariza os quatro cenários da análise de sensibilidade e três variações do cenário básico. Lembrando que a análise apenas focou em casos de deterioração do cenário básico. Como mencionado acima, as hipóteses do cenário básico são substancialmente conservadoras. A probabilidade de um retorno maior do que o cenário básico é alta.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tabela 19: Sumário da Análise de Sensibilidade da Análise Custo-Benefício** | | |
|  | TIR | VPL |
| Básico | 64,15% | 94.899.123 |
| Básico – excluindo aumento na arrecadação | 34,03% | 40.358.029 |
| Básico – benefícios adiados em um ano | 33,22% | 57.656.547 |
| Básico - benefícios iniciando apenas no ano 5 | 23,95% | 38.258.720 |
| Básico - Desvalorização | 41,78% | 55.317.873 |
| Básico - Redução benefícios | 31,12% | 34.842.268 |
| Básico - Duplo (desvalorização e redução de benefícios) | 17,06% | 14.128.167 |
| Fonte: Fonte: Cálculos do autor para o Cenário Básico da Análise Custo-Benefício | | |

**Referencias**

Bobbio, E (2016), "[Tax evasion, firm dynamics and growth](https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2016-0357/index.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=1)", Bank of Italy Occassional Paper No 357.

*Comissão Europeia* (2003) - [Guía del análisis costos-beneficios de los proyectos de inversión” de la Comisión Europea](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/guides/cost/guide02_es.pdf).

IBGE (2016) – [Contas Regionais do Brasil](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default_xls.shtm).

IBGE-2017. [Secretaria do Tesouro Nacional (2017). Boletim de Finanças subnacionais 2016](https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286#resultado). Agosto de 2017.

OECD (2017), “[Technology Tools to Tackle Tax Evasion and Tax Fraud](https://www.oecd.org/tax/crime/technology-tools-to-tackle-tax-evasion-and-tax-fraud.pdf.)”.

PNUD-2013 - [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/).

1. Apenas para ilustrar a quantidade de normas a que os contribuintes estão sujeitos, além da exigência de diversos protocolos e convênios interestaduais (Convênios e Protocolos CONFAZ; Atos COTEPE; Ajustes SINIEF etc.) e normas expedidas pelo Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN), no Estado de São Paulo, considerando apenas os anos de 2013 a 2017, foram expedidas 23 Leis paulistas de interesse tributário, 285 Decretos, 708 Portarias CAT (140 por ano, em média), além de 123 Comunicados CAT e 142 Resoluções SF. Diplomas que, em sua vasta maioria, dispõem sobre práticas ou abstenções de atos de contribuintes. A SEFAZ-SP estima, com base em pesquisa com contadores do estado, que 9,9 milhões de horas mensais são gastas para cumprir com as cinco mais importantes obrigações fiscais, associada a um custo anual, atual, estimado em R$ 2,2 bilhões. [↑](#footnote-ref-2)
2. Sistema digital que permite o envio eletrônico dos livros e documentos contábeis e fiscais das empresas de forma integrada aos três níveis de governo. Proporciona ao fisco informação em tempo real e maior efetividade no controle fiscal e ao contribuinte racionalização no cumprimento das obrigações tributárias. [↑](#footnote-ref-3)
3. O IBGE estima uma população de 45,1 milhões de habitantes em 2017. [↑](#footnote-ref-4)
4. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286#resultado>. [↑](#footnote-ref-5)
5. A linha de extrema pobreza considerada era equivalente ao rendimento mensal domiciliar per capita nominal até R$70. [↑](#footnote-ref-6)
6. PNUD-2013 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Link: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ [↑](#footnote-ref-7)
7. 2015 é o último ano com dados do PIB por estado disponibilizado pelo IBGE [↑](#footnote-ref-8)
8. Bobbio, E (2016), "[Tax evasion, firm dynamics and growth](https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2016-0357/index.html?com.dotmarketing.htmlpage.language=1)", Bank of Italy Occassional Paper No 357. “The cost advantage enjoyed by ﬁrms with a higher scope for tax evasion results in unfair competition, lowering the incentives to innovate for all ﬁrms. Both these channels depress the innovative activity of incumbent ﬁrms in the economy. As a result there is less selection in equilibrium and the economy is populated by higher fraction of small, less productive and less innovative ﬁrms than it would be in the absence of tax evasion, further reducing the aggregate growth rate along the extensive margin. In addition, a larger fraction of small ﬁrms with a higher scope for tax evasion increases the degree of unfair competition, potentially triggering a vicious cycle where the growth process brakes down and incumbent ﬁrms stop innovating. Counterfactual exercises based on a calibrated version of the model suggest that enforcing taxes would have increased the long-run growth rate from 0.9 to 1.1% in Italy, with reference to the period between 1995 and 2006.” [↑](#footnote-ref-9)
9. Em uma avaliação econômica, se os custos dos bens e serviços são afetados por fortes distorções de preços, preços sombra devem ser aplicados, pois mais adequadamente refletem os custos sociais de oportunidade dos recursos. Por exemplo, quando os preços reais dos bens e serviços utilizados no projeto estão distorcidos devido a deficiências do mercado ou os salários não guardam relação com a produtividade da mão de obra. Ver Comissão Europeia (2003), “Guía del análisis costes-beneficios de los proyectos de inversión” de la Comisión Europea. [↑](#footnote-ref-10)
10. Um estudo publicado este ano pela OECD, “Technology Tools to Tackle Tax Evasion and Tax Fraud”, provê exemplos de sucesso em diversos países com o uso de tecnologia no cambate à evasão e fraude fiscais. <https://www.oecd.org/tax/crime/technology-tools-to-tackle-tax-evasion-and-tax-fraud.pdf>. [↑](#footnote-ref-11)
11. Apenas para ilustrar a quantidade de normas a que os contribuintes estão sujeitos, além da exigência de diversos protocolos e convênios interestaduais (Convênios e Protocolos CONFAZ; Atos COTEPE; Ajustes SINIEF etc.) e normas expedidas pelo Conselho Gestor do Simples Nacional (CGSN), no Estado de São Paulo, considerando apenas os anos de 2013 a 2017, foram expedidas 23 Leis paulistas de interesse tributário, 285 Decretos, 708 Portarias CAT (140 por ano, em média), além de 123 Comunicados CAT e 142 Resoluções SF. Diplomas que, em sua vasta maioria, dispõem sobre práticas ou abstenções de atos de contribuintes. A SEFAZ-SP estima, com base em pesquisa com contadores do estado, que 9,9 milhões de horas mensais são gastas para cumprir com as cinco mais importantes obrigações fiscais, associada a um custo anual, atual, estimado em R$ 2,2 bilhões. [↑](#footnote-ref-12)
12. Sistema digital que permite o envio eletrônico dos livros e documentos contábeis e fiscais das empresas de forma integrada aos três níveis de governo. Proporciona ao fisco informação em tempo real e maior efetividade no controle fiscal e ao contribuinte racionalização no cumprimento das obrigações tributárias. [↑](#footnote-ref-13)
13. R$ 2.058,44 mensal (fonte sine.com.br , acessado em 28/03/2018) x 1,8 (coeficiente de encargos) /198h (horas úteis mensais). [↑](#footnote-ref-14)